

A visão dos estudantes do ensino médio integrado acerca do orçamento público do IFS/Campus Estância

Autoria:

Daniela Santana Santos

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS), Técnica Administrativa em Educação do Instituto Federal de Sergipe (IFS)

Sônia Pinto de Albuquerque Melo

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Professora do Instituto Federal de Sergipe (IFS)

Resumo

O presente estudo objetiva explicar sobre a visão dos estudantes quanto à gestão do orçamento público da Instituição da qual eles são partícipes, tomando a gestão democrática como modelo ideal que favorece essa participação dos estudantes e de todos os segmentos da escola na gestão escolar. Trata-se de uma pesquisa descritiva realizada por meio da aplicação de questionários, *online* elaborados no *Google Forms*, aos estudantes do 2º ano do Ensino Médio Integrado, sobre o conhecimento deles sobre o orçamento público e quais os mecanismos utilizados pela gestão do IFS/Campus Estância para divulgação e sensibilização desses educandos a participação no processo de gestão dos recursos orçamentários da Instituição. Percebeu-se que: o conhecimento sobre o tema apresenta-se mitigado, onde a maioria dos estudantes declara saber o que é orçamento público, porém não sabem a origem dos recursos orçamentários que são utilizados no Campus; existem poucos e ineficazes instrumentos de divulgação das informações sobre o orçamento à comunidade estudantil; pouca adesão dos estudantes às ações e eventos sobre o tema. Existe a necessidade de sensibilização desta sobre o orçamento público do Campus como fomento à participação nas discussões e tomadas de decisões da escola.

Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica. Gestão escolar democrática. Recursos orçamentários.

Como citar este capítulo:

SANTOS, Daniela Santana; MELO, Sônia Pinto de Albuquerque. A visão dos estudantes do ensino médio integrado acerca do orçamento público do IFS/Campus Estância. In: OLIVEIRA, Habyhabanne Maia (Org.). **Abordagens Interdisciplinares em Educação e Ensino**. Campina Grande: Licuri, 2024, p. 157-167. ISBN: 978-65-85562-26-3. DOI: 10.58203/Licuri.22643.

INTRODUÇÃO

O orçamento público, além de ser um mecanismo essencial utilizado pelo Governo para o desenvolvimento da sociedade, trata-se de uma lei contida na Constituição de 1988. Nele estão expressas todas as receitas previstas e as despesas planejadas no decorrer de um ano. Por meio dele, o que é previsto na legislação deixa de ser apenas uma lei e passa a se concretizar, a partir da utilização dos recursos para a realização de ações nas diversas áreas e dentre elas, a educação, ciência e tecnologia.

A Educação, considerada uma política pública, é direito de todos e dever do Estado, conforme a Constituição Federal de 1988 ela tem por objetivo prestar serviços educacionais de qualidade para toda a população brasileira, sem distinção de classes, garantindo o ensino obrigatório e gratuito em instituições oficiais. (Brasil, 1988, *online*).

Diante da importância do orçamento para o desenvolvimento das políticas públicas, destaca-se nesse estudo a área da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na qual a questão orçamentária impacta na qualidade do ensino ofertado e na permanência e êxito dos estudantes, visto que, para garantir uma formação humana e cidadã é indispensável a disponibilização de recursos orçamentários suficientes.

A EPT é uma modalidade educacional pautada no trabalho como princípio educativo e traz conceitos que visam à formação integral dos sujeitos para atuação no mundo do trabalho e para vida em sociedade. E nessa formação, os cidadãos precisam ter o conhecimento de como se desenvolve o processo orçamentário, conforme Quirino (2011, p.03) “Para aprofundar a dimensão de por onde se dão os embates para a distribuição dos recursos públicos, é preciso compreender como se definem os gastos no orçamento, ou seja, como se estabelece a legislação orçamentária”.

Partindo do exposto, nesse estudo considera-se que os estudantes precisam ser sensibilizados para entender o orçamento não apenas como peça financeira, mas também como um instrumento de planejamento, que permite a concretização dos direitos sociais, entre eles o direito à educação. E que o orçamento ganha forma por meio da realização de diversas ações nas instituições de ensino, tais como: aquisição de materiais didáticos, realização de obras e manutenção na infraestrutura, compras

de equipamentos e insumos para laboratórios, biblioteca e outros espaços da escola, além do pagamento de auxílios da assistência estudantil e de bolsas para desenvolvimentos de projetos .

Partindo do exposto, o estudo teve como objetivo principal analisar o que os estudantes entendem sobre o orçamento público, qual a percepção deles sobre a gestão dos recursos orçamentários recebidos pelo Instituto Federal de Sergipe/*Campus* Estância e se em algum momento esse assunto foi apresentado aos discentes como forma de divulgação e transparência das tomadas de decisões na Instituição.

METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa descritiva por meio do levantamento de informações em campo, corroborando com Vieira (2010), quando declara que a pesquisa descritiva em termos metodológicos é o levantamento e tabulação de dados recolhidos por questionários, entrevistas, estudos de caso e saídas a campo. As informações levantadas se tornam objeto de análise, para estabelecer padrões de comportamento, correlações entre variáveis, mesmo que seja apenas como constatação.

O estudo realizado teve como campo empírico o IFS - *Campus* Estância, que fica situado na Rua João Café Filho, s/n. Bairro Cidade Nova, na cidade de Estância-SE. O *Campus* Estância, é uma unidade descentralizada do Instituto Federal de Sergipe, inaugurada na segunda fase da implementação do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, promovida pelo Governo Federal.

Esse *Campus* considerado referência em educação profissional e tecnológica na região sul sergipana, oferta os cursos técnicos subsequentes de Eletrotécnica e Edificações, o ensino médio integrado ao técnico em Eletrotécnica, Edificações e Sistemas de Energia Renovável, e o curso superior de Bacharelado em Engenharia Civil, mesmo diante das dificuldades enfrentadas, dentre elas, o contingenciamento do orçamento público, a instituição continua prestando serviços de qualidade à população.

O levantamento dos dados foi feito por meio de aplicação de questionários *online* compostos por perguntas com roteiro previamente estabelecido, com questões predominantemente fechadas, com intuito de investigar qual o entendimento que os estudantes possuem sobre a gestão do orçamento público no IFS- *Campus* Estância.

Segundo Vieira (2010, p.99), “Os questionários se constituem em instrumentos de coleta de dados, especificamente elaborados com o objetivo de obter respostas para questões que são importantes para o desenvolvimento das pesquisas.” e referente às questões fechadas Gerhardt e Silveira (2009, p.70) esclarece que “[...] o informante deve escolher uma resposta entre as constantes de uma lista predeterminada, indicando aquela que melhor corresponda à que deseja fornecer.”

A amostra foi composta por estudantes do Ensino Médio Integrado dos cursos: Técnico Integrado em Edificações; Técnico Integrado em Eletrotécnica e Técnico Integrado em Sistemas de Energia Renovável. Esses cursos apresentaram o total de 92 matrículas em 2023, distribuídas em três turmas, uma de cada curso.

Foram abordados os estudantes das turmas de 2º ano, por meio de visitas em sala de aula para apresentação da pesquisa e explicação dos Termos de Assentimento Livre e Esclarecido (para menores de 18 anos) e de Consentimento Livre Esclarecido (para os de idade igual ou maior que 18 anos) . E em seguida, enviado um *link* contendo um questionário *online*, formulado no aplicativo *Google Forms*, para os representantes de turma, divulgarem nos grupos de *Whatsapp* e *emails* dos colegas.

Do total de estudantes que acessaram os termos de autorização, 56 concordaram e apenas 03 (5,4%) não aceitou participar da pesquisa. Foram obtidas 53 respostas dos estudantes, um percentual de (94,6%). Essa amostra foi composta de forma representativa por: 32,1% de estudantes do EMI - Técnico Integrado em Edificações; 32,1% estudantes do EMI- Técnico Integrado em Eletrotécnica e 38,5% de estudantes do EMI - Técnico Integrado em Sistemas de Energia Renovável.

Em seguida, os dados foram analisados a partir do que nos traz Bardin (2011, p. 36). Para a autora a análise de dados se constitui em um conjunto de técnicas utilizadas para decifrar as informações contidas no documento analisado, “a análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo) é um método muito empírico, dependente do tipo de ‘fala’ a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa teve anuência da Direção Geral, que autorizou sua realização e respaldo ético do Comitê de Ética em Pesquisas do IFS, sob parecer do relatório nº 6.064.604. Primeiramente, foi traçado o perfil socioeconômico dos participantes da

pesquisa, levando-se em consideração que a problemática estudada tem correlação com a vida cotidiana dos estudantes. Partindo desse entendimento, as informações levantadas foram: 38,5% dos estudantes eram do sexo masculino e 61,5% da pesquisa se declarou do sexo feminino. Esse dado nos mostra que as mulheres apresentaram maior interesse em participar da pesquisa.

Em relação a faixa etária, os participantes tinham entre 16 a 20 anos, 49,1% de 16 anos; 39,6% tinham 17 anos; 4,7% com 18 anos, 1,9% de 19 anos e 1,9% com 20 anos ou mais. Esse quadro demonstrou que a maioria dos estudantes estão na idade regular do ensino médio brasileiro.

Sobre o estado civil dos entrevistados, 90,6% declarou ser solteiros(as); 1,9% casado(a), 1,9% convivente; 5,7% outros, não especificando qual o estado civil. A maioria dos respondentes são solteiros(as), esse resultado nos faz inferir que, talvez, a maioria dos participantes da pesquisa não são responsáveis pelas despesas e pela subsistência de uma família. Esse fator pode colaborar, de certa forma, no interesse dos estudantes sobre a temática abordada nesse estudo. A relação do orçamento familiar tem suas similaridades com o orçamento escolar, ambos precisam ser previamente planejados e bem executados, para que as necessidades sejam supridas a contento.

Ao serem perguntados onde residiam, 91% dos estudantes afirmaram morar na cidade de Estância-SE, município no qual fica situado o *Campus*, aparentemente, esse dado não apresenta entraves em relação a permanência deles no Instituto. Porém, assim como os 0,9% dos estudantes que moram na cidade de Santa Luzia do Itanhy-SE, os que são moradores de Estância, também sofrem a dura realidade da falta de transporte escolar público gratuito, e na maioria das vezes não possuem recursos financeiros para manterem-se assíduos às aulas.

Quanto aos auxílios estudantis, 83% afirmou que não recebeu nenhum auxílio durante os dois anos de permanência no Instituto. Enquanto uma minoria de 17% declarou que já recebeu algum auxílio ao educando, dentre os auxílios citados, 16,7% auxílio permanência; 25% auxílio inclusão digital; 25% monitoria e 33,3% outros, não especificados.

E quando perguntados se, atualmente, recebem algum auxílio da Assistência Estudantil, 84,9% respondeu que não recebe, e 15,1% afirmou receber auxílios estudantis nas seguintes proporções: 9,1% auxílio residência; 18,2% auxílio permanência; 45,5% monitoria e 27,3% outros. No comparativo entre o quantitativo dos que recebiam os

auxílios e os que atualmente recebem, percebe-se que o número de estudantes que não recebem auxílio aumentou. Um fator que pode ter corroborado com essa situação foi a suspensão do auxílio digital. Este auxílio foi criado durante a pandemia da COVID-19, o Instituto Federal de Sergipe disponibilizou aparelhos eletrônicos e o pagamento do auxílio digital para que os estudantes participassem das aulas virtualmente, no ensino remoto. Com a volta às aulas presenciais esse auxílio foi interrompido. Pode-se citar também, o impacto do contingenciamento dos recursos que acarretou na suspensão de novos editais para concessão de auxílios ao educando.

Perguntados se foram ou são bolsistas em algum projeto de pesquisa ou extensão do *Campus*, 71,7 % respondeu que não é bolsista, e 28,3% declarou que é/ ou já foi participante de projeto. Os projetos citados foram: Projeto Lesha 12,5%; Futebol de robôs 12,5%; IFSKetchers 12,5%; Desenho de observação 18,8%; LabQuimArt 18,8%; LabMaker 6,3%; LudolFS 12,8% e 6,3% dos estudantes não informou qual o projeto que participou/participa.

Com esse resultado inferir-se que são poucas as bolsas oferecidas para os estudantes, comparados ao número de matriculados e a diversidade de projetos existentes no *Campus*. A falta de recursos orçamentários não permite contemplar um maior número de estudantes, que embora possuam interesse em participar dos projetos, não recebem incentivo financeiro da Instituição para tal.

Após as perguntas de cunho socioeconômico, iniciaram-se as perguntas direcionadas ao objetivo principal da pesquisa. Quando indagados de onde vem os recursos para o funcionamento do IFS/*Campus* Estância, 52,8% dos entrevistados respondeu que não sabia e 47,2% declarou saber a origem dos recursos. E ao serem perguntados, se sabem o que é o Orçamento Público, 59,6% respondeu que sabe, e 40,4% que não tem conhecimento sobre o tema.

Esse dado demonstra que a maioria dos estudantes declarou saber o que é o orçamento público. E grande parte não sabe de onde vem os recursos orçamentários que são utilizados no *Campus* para que as atividades sejam executadas.

Inferir-se que, mesmo diante da afirmativa de que sabem o que é orçamento público, esse conhecimento se apresenta mitigado, fragilizado em relação ao orçamento do *Campus*. Um dado que cabe atenção é, mais da metade dos entrevistados afirma não saber a origem dos recursos destinados para o funcionamento da unidade escolar, mesmo estando matriculados em um Instituto público mantido pelo Governo Federal. Esse

resultado apresentado demonstra a grande estranheza dos estudantes em relação ao assunto ora apresentado.

Ao serem perguntados se receberam alguma informação sobre os recursos financeiros que existem no *Campus* Estância para realização das atividades da Instituição, 67,9% disseram que nunca receberam e 24,5% afirmaram que já receberam essas informações.

E quando perguntados se durante a permanência no IFS/*Campus* Estância participaram de algum evento ou ação sobre o orçamento público do *Campus*, 75,5% afirmou que não participou de nenhum desses momentos. Enquanto que 24,5% confirmou sua participação.

Percebe-se que, as respostas dos participantes apontam para a inexistência de divulgação de informações sobre o orçamento aos estudantes, no entanto, a maioria nega a participação nos eventos ou ações inerentes ao assunto.

Indagados se conhecem quais os canais de divulgação e de acesso às informações sobre a distribuição/gastos dos recursos financeiros do *Campus* Estância, 86,8% afirma não ter conhecimento, e apenas 13,2% declarou conhecer os mecanismos de informação. Para aqueles que afirmaram conhecer os instrumentos de divulgação foram apresentados alguns canais de acesso à informação e divulgação sobre o Orçamento do *Campus*, para eles indicarem por meio dos quais obtiveram informações sobre o orçamento da Instituição. As respostas foram: 27,5% palestras; 20% *emails*; 15% em eventos; 5% conteúdo em sala de aula; 5% em *sites*; 5% em quadros de aviso; 5% outros, não especificados. E 50% informou não ter acesso a nenhum canal de divulgação e acesso à informações sobre o orçamento do *Campus*.

Esse resultado traz a reflexão sobre a ineficácia dos mecanismos utilizados pela gestão do *Campus* para a divulgação do orçamento da Instituição; devido ao alto índice de estudantes que afirmaram não ter acesso às informações, e sobre os que declararam acessá-las e mesmo assim, desconhecem conceitos básicos sobre o tema.

Notou-se a quase inexistência de conteúdos trabalhados em sala de aula, apenas 5% informou que o tema foi abordado durante as aulas, esse dado traz a reflexão sobre a formação *omnilateral*, um dos princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no IFS/*Campus* Estância. A formação completa dos sujeitos, apresentando-lhes conhecimentos para além dos conteúdos programáticos, e instigando-os à visão

crítico-política, socioeconômica, histórico-cultural, que proporciona a preparação desses estudantes para o mundo do trabalho.

Sobre as perguntas voltadas à participação estudantil, os participantes foram indagados se eram membros de algum grupo, conselho ou grêmio estudantil, 96,2% afirmou que não participa de nenhuma dessas entidades representativas, e 3,8% declarou que participa, porém, ao serem perguntados sobre a qual grupo pertenciam, não responderam. E quando perguntados sobre a participação em reunião de Conselho de Classe, Grêmio Estudantil ou reuniões sobre decisões a serem tomadas no IFS/Campus Estância, 84,9% respondeu que não participou e 15,1% afirmou ter participado dos momentos citados.

Esse resultado demonstra uma grande lacuna na representação estudantil do Campus. A falta de engajamento e organização da classe estudantil inviabiliza a oportunização de discussões acerca de assuntos importantes para a comunidade escolar, dentre eles, o problema da escassez dos recursos orçamentários.

Também foram questionados se participaram de reuniões para formular propostas de utilização dos recursos orçamentários do *Campus*, a maioria 90,6% informou que não, enquanto somente 9,4% disse ter participado dessas reuniões.

Percebe-se que esse dado reitera a realidade exposta logo acima, há uma lacuna na participação dos estudantes no planejamento das ações e atividades da escola. Individualmente fica difícil que os estudantes nutram o sentimento de pertencimento à escola e passem a atuar expressivamente. Essa é uma via que deve ser construída coletivamente, por meio dos grêmios estudantis, que no momento inexistem no *Campus*.

Perguntados se tem interesse de saber sobre os recursos orçamentários, receitas e despesas das atividades a serem realizadas no *Campus/Estância*, 83% declarou que possui interesse, enquanto 17% não se interessa pelo assunto. E se foram convidados a participar da prestação de contas do *Campus/Estância*. 88,7% afirmou que não, e 11,3% disse ter sido convidado. E sobre a participação do momento de prestação de contas do *Campus*, 92,3% disse que não participou e 7,7% afirmou ter participado.

Os resultados explicitam que, mesmo existindo poucos instrumentos de divulgação do orçamento na Instituição, a adesão dos estudantes aos momentos de abordagem sobre o tema também é irrisória, embora 83% declarou ter interesse em saber sobre os recursos orçamentários da unidade escolar; dos 11,3% que afirmou ter sido convidado a

participar da prestação de contas, destes apenas 7,7% confirmou a sua participação no evento.

Para conclusão do questionário foi perguntando o que eles gostariam de conhecer e/ou se aprofundar sobre o orçamento público do *Campus/Estância*. As respostas obtidas questionaram a origem, o recebimento, a destinação e a utilização dos recursos na instituição:

“De onde vem o orçamento?”

“Sobre a divisão do orçamento.”

“Quantidades de recursos que chega no Campus”

“De onde vem a distribuição do orçamento e conhecimento básico sobre”.

“Queria saber para onde vai o orçamento do ifs.”

“Para onde os recursos estão indo.”

“Sobre como ela chega e onde exatamente é aplicada.”

“Movimento orçamentário, quanto vem, quanto sai, como fica para os alunos.”

Outros, em suas respostas demonstraram o interesse destacando o direito deles à informação enquanto estudantes, com ênfase nos recursos destinados à Assistência ao Educando - fator que influencia diretamente na permanência e êxito desses estudantes - e no orçamento para projetos e pesquisa, necessário à efetivação do tripé da educação de qualidade: o ensino, a pesquisa e extensão:

“Gostaria de saber porque o auxílio ser tão pouco e a questão do IFS não oferecer almoço e transporte público”.

“Tudo o que me é de direito saber sobre o orçamento do campus, enquanto estudante dessa instituição.”

“Conhecer no mínimo o básico, de onde vem, como funciona, não é um conteúdo que normalmente chega até nós.”

“Orçamento de pesquisas e projetos.”

Enquanto algumas respostas se apresentaram com o interesse genuíno de manterem-se informados acerca do tema.

“Queria conhecer mais pois me interessa sobre essa área”

“Queria saber mais para ficar informada etc...”

E algumas respostas se apresentaram com um certo nível de criticidade sobre a realidade vivenciada atualmente pelo Campus:

“De onde vem, e para onde está sendo desviado o dinheiro só governo. Vergonha para um governo dele não ter uma verba que ele merece, principalmente nós alunos e servidores como cidadãos.”

“saber por que parou a obra da quadra, saber se foi questão de orçamento.”

Perante as respostas expostas, percebe-se que o orçamento público é um assunto que desperta interesse aos estudantes do Ensino Médio Integrado do *Campus* Estância. Embora, a pouca participação nos momentos de publicização das informações e discussões sobre o tema demonstrem o contrário. Conclui-se que, talvez, os mecanismos praticados pela gestão do *Campus* para abordar o assunto, são insuficientes e/ou ineficazes para o esclarecimentos e a sensibilização dos estudantes para participação ativa nos momentos de planejamento das ações e tomada de decisões do *Campus*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado demonstrou que a maioria dos estudantes possuem um conhecimento fragilizado sobre o orçamento público, maior parte desconhece de onde são originados os recursos orçamentários que são destinados ao Campus para que as atividades sejam executadas. Esse resultado explicita a grande estranheza dos estudantes em relação ao assunto ora apresentado.

Comprovou-se que as ações e instrumentos utilizados para disseminação das informações pertinentes ao orçamento público da Instituição não estão surtindo o efeito esperado, que é o alcance dos estudantes com o intuito de sensibilizá-los a participarem ativamente das discussões e tomadas de decisões da escola da qual eles fazem parte.

Outro fator que merece destaque, é a fragilidade da gestão democrática, que se apresenta na quase inexistência de conselhos e agremiações estudantis, essas entidades representativas atuam de forma ativa nos processos decisórios da Gestão Escolar. Esses espaços são essenciais e propícios a discussões acerca da problemática do orçamento público e do seu contingenciamento aplicado na área da Educação.

É essencial esclarecer aos estudantes informações sobre o orçamento e como a insuficiência dele, impacta negativamente nas ações desenvolvidas e nas decisões que são tomadas para que a instituição continue a garantir um serviço educacional de qualidade mesmo diante das adversidades.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 nov. 2021

GERHART, Tatiana Engel, SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs). Métodos de Pesquisa. UAB/UFRGS - Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

QUIRINO, Simone Rafaely. Orçamento Público como fonte de estudos educacionais. Fineduca - Revista de Financiamento da Educação. Porto Alegre, v.1, n.9, 2021. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/fineduca> Acesso em: 20 jan. 2022

VIEIRA, José Guilherme S. Metodologia de pesquisa científica na prática - Curitiba: Editora Fael, 2010 .